

Report

# Description Record

Report date

2022-07-02

Record

PT/UM-ADB/MON/CSCC - Convento de Santa Clara de Coimbra

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/UM-ADB/MON/CSCC
<b>Title type</b>	Controlado
<b>Title</b>	Convento de Santa Clara de Coimbra
<b>Descriptive dates</b>	Séc. XVII
<b>Dimension and support</b>	1 doc.; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Distrital de Braga
<b>Producer</b>	Convento de Santa Clara de Coimbra
<b>Biography or history</b>	<p>O Convento de Santa Clara de Coimbra era feminino, pertencia à Ordem dos Frades Menores, e à Província de Portugal da Observância.</p> <p>Foi fundado em 1286 e desde o seu início que esteve envolvido em controvérsias que terminariam, em 1311, com a sua extinção.</p> <p>A iniciativa da sua fundação partiu de D. Mor Dias, dama nobre de Coimbra, filha de D. Vicente Dias, sobrejuiz de D. Afonso III e alcaide-mor de Coimbra, e de D. Boa Peres, neta do chanceler Julião Pais, na altura recolhida em São João das Donas, convento feminino dependente dos crúzios de Coimbra e que lhe ofereceram oposição acérrima.</p> <p>A Rainha Santa Isabel restaurou-o em 1314, compôs as partes e a contenda terminou em 1319.</p> <p>As recorrentes cheias do rio Mondego levou a que o rei D. João IV ordenasse a sua reedificação em local mais alto na cidade de Coimbra, onde ficou conhecido como Santa Clara a Nova.</p> <p>Em 1677, trasladou-se, então, a comunidade bem como o túmulo da Rainha Santa, abandonando assim aquela casa conventual, que passou a designar-se por Santa Clara-a-Velha.</p>
<b>Geographic name</b>	Coimbra
<b>Custodial history</b>	<p>Em 30 de maio de 1834 foi publicado o decreto que determinou a extinção das Ordens Religiosas, primeiro as masculinas e, depois, as femininas. No mesmo ano, formulou-se o regulamento de transferência dos bens destas ordens para a Fazenda Nacional. Por arrasto, também os cartórios monásticos foram nacionalizados pois neles se conservavam os títulos de posse e a documentação indispensável à administração dos referidos bens.</p> <p>Estas transferências não foram, na maioria dos casos, bem sucedidas, o que acarretou perdas irremediáveis, nalguns casos totais, no recheio de muitos destes cartórios. Como principais causas apontam-se o abandono a que muitos foram votados; os arrolamentos tardios; os incêndios; a apropriação por particulares; perdas durante o transporte e dádivas abusivas.</p> <p>Em 1917, com a criação do Arquivo Distrital de Braga, todos os documentos existentes nestas repartições foram transferidos para as suas instalações no edifício dos Congregados. Em 1936, ocorreu uma nova transferência, agora para o Paço Arquiepiscopal de D. José de Bragança, atuais instalações deste Arquivo, onde foram colocados no chamado Salão Paroquial.</p> <p>Em 1966, José Mattoso procedeu ao inventário da documentação relativa aos mosteiros beneditinos e em 1983 decidiu-se dar continuidade a este trabalho, inventariando os restantes fundos monásticos e que culminou com a publicação, em 1985, do Inventário do Fundo Monástico Conventual, pelo Arquivo Distrital de Braga.</p>
<b>Acquisition information</b>	Documentação transferida em maio de 1917 da Repartição de Fazenda do Distrito.
<b>Scope and content</b>	Petição ao Rei.
<b>Arrangement</b>	Ordenação temática e cronológica.
<b>Access restrictions</b>	Acessível, exceto unidades em mau estado de conservação e restrições previstas no regime geral dos arquivos e lei do património cultural (Decreto-Lei nº16/93, de 23 de janeiro e Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).
<b>Language of the material</b>	POR (Português)
<b>Other finding aid</b>	Archeevo: base de dados de descrição arquivística
<b>Fill textual content automatically</b>	¶
<b>Last modification date</b>	2021-03-25 12:27:30